

PIB RESTIMADO - R\$ 44.163.000 MIL
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR

Em função da crise econômica, em 2008 a economia brasileira apresentou dois momentos distintos: de janeiro a setembro, onde o Produto Interno Bruto (PIB) demonstrou taxas de crescimento elevado, quando comparado ao mesmo período do ano anterior; e o segundo, caracterizado pela desaceleração de diversos setores das atividades produtivas do País. É evidente que essas oscilações refletem diretamente nas finanças de qualquer esfera de governo, principalmente do lado das receitas oriundas dos tributos ligados à renda, produção e circulação de bens e serviços.

O desempenho mensal do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o qual tem sua base de cálculo vinculado à arrecadação do imposto de renda, é um exemplo claro do reflexo da dinâmica econômica na arrecadação e nas transferências constitucionais; até setembro essa transferência acumulava um crescimento de 29%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, entretanto, no último trimestre deste exercício, decresce para 8,7%.

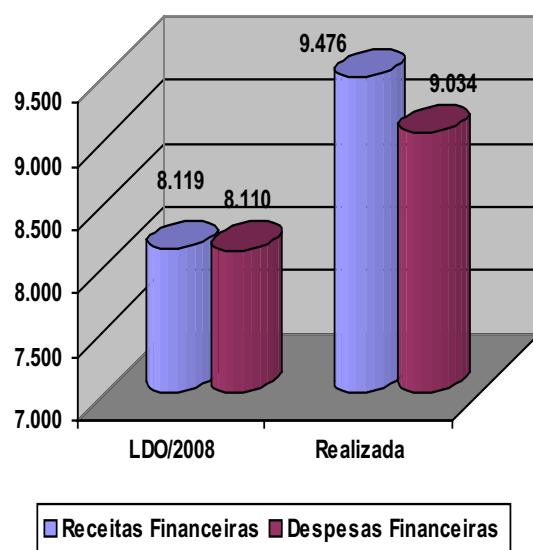
Mesmo em função dos obstáculos causados pela crise financeira, foram possíveis as receitas não financeiras apresentarem crescimento de 16,72%, sobre a receita estimada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2008, enquanto as despesas não financeiras registraram elevação inferior ao da receita, 11,40%.

De certo que essas duas variáveis fiscais foram sentidas pelo Tesouro do Estado do Pará, entretanto, a condução responsável das finanças públicas, fizeram com que o Estado encerrasse o exercício de 2008, com superávit primário, de R\$ 442 milhões, expressivamente superior ao estabelecido como meta na LDO/2008, que era de R\$ 9,4 milhões - Demonstrativo II.

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR.

RECEITAS E DESPESAS NÃO FINANCEIRAS - 2008

R\$ milhões



Fonte: SEFA

Tais resultados só foram possíveis, pela implementação de esforços no sentido de elevar o nível de arrecadação das receitas próprias do Estado e pela efetiva busca de melhoria da gestão dos gastos públicos.

Por sua vez, o Demonstrativo II, aponta que, no exercício de 2008, as receitas e despesas não financeiras em relação ao PIB Estadual, tiveram participações de 21,46% e 20,46%, respectivamente, superior aos percentuais estimados na LDO/2008, cerca de 18,37% em relação à produção interna do Estado.

Em termos financeiros, conforme projetado na LDO/2008, do lado das receitas ocorreram ingressos adicionais de recursos na ordem de R\$ 1,2 bilhão enquanto do lado dos gastos públicos, a racionalização dos gastos levou a um dispêndio adicional de R\$ 857 milhões. A conjunção dos dois fatores ocasionou um resultado primário superior ao previsto na LDO/2008.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010
DEMONSTRATIVO III

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2007	2008	Var%	2009	Var%	2010	Var%	2011	Var%	2012	Var%
Receita Total	7.923.923	9.734.196	22,85	9.816.923	0,85	11.035.070	12,41	12.128.156	9,91	13.031.477	7,45
Receitas Não Financeiras (I)	7.711.014	9.476.550	22,90	9.388.061	(0,93)	10.603.751	12,95	11.747.671	10,79	12.825.815	9,18
Despesa Total	7.613.675	9.381.403	23,22	9.816.923	4,64	11.035.070	12,41	12.128.156	9,91	13.031.477	7,45
Despesas Não Financeiras (II)	7.341.005	9.034.490	23,07	9.303.021	2,97	10.582.013	13,75	11.653.379	10,12	12.509.592	7,35
Resultado Primário (I-II)	370.009	442.060	19,47	85.040	(80,76)	21.738	(74,44)	94.291	333,77	316.222	235
Resultado Nominal	-246.763	15.045	(106,10)	890.267	5,82	311.729	(64,98)	84.088	(73,03)	308.594	267
Dívida Pública Consolidada	2.621.184	2.790.958	6,48	3.657.492	31,05	4.295.665	17,45	4.689.560	9,17	5.446.746	16,15
Dívida Consolidada Líquida	1.563.046	1.578.091	0,96	2.468.358	56,41	2.780.087	12,63	2.864.175	3,02	3.172.769	10,77

R\$ milhares

Especificação	Valores a Preços Constantes - dezembro/ 2009 - IPCA										
	2007	2008	Var%	2009	Var%	2010	Var%	2011	Var%	2012	Var%
Receita Total	8.765.692	10.308.514	17,60	9.816.923	(4,77)	10.524.626	7,21	11.024.733	4,75	11.304.389	2,54
Receitas Não Financeiras (I)	8.530.166	10.035.666	17,65	9.388.061	(6,45)	10.113.258	7,72	10.678.864	5,59	11.125.983	4,19
Despesa Total	8.422.486	9.934.906	17,96	9.816.923	(1,19)	10.524.626	7,21	11.024.733	4,75	11.304.389	2,54
Despesas Não Financeiras (II)	8.120.850	9.567.525	17,81	9.303.021	(2,76)	10.092.526	8,49	10.593.151	4,96	10.851.670	2,44
Resultado Primário (I-II)	409.316	468.142	14,37	85.040	(81,83)	20.732	(75,62)	85.713	313,43	274.313	220,04
Resultado Nominal	(272.977)	15.933	(105,84)	890.267	5	297.310	(66,60)	76.438	(74,29)	267.695	250,21
Dívida Pública Consolidada	2.899.636	2.955.625	1,93	3.657.492	23,75	4.096.962	12,02	4.262.902	4,05	4.724.878	10,84
Dívida Consolidada Líquida	1.729.091	1.671.198	(3,35)	2.468.358	47,70	2.651.490	7,42	2.603.591	(1,81)	2.752.275	5,71

Fonte: SEPOF / DICONF- GEFIS

NOTA: VALORES CONSTANTES A PREÇOS DE
DEZEMBRO/2009 - IPCA
PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

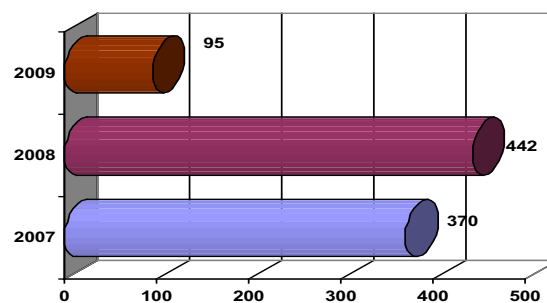
Para o exercício de 2010, estima-se que o Governo do Estado continue a apresentar o mesmo desempenho positivo que alcançou nos últimos exercícios, projetando-se um resultado primário na ordem de R\$ 22 milhões, resultado de receitas e despesas não financeiras de R\$ 10,604 bilhões e R\$ 10,582 bilhões, respectivamente. Esse resultado, acrescido das receitas financeiras desse exercício, será suficiente para o Governo do Estado honrar com o pagamento da dívida pública e assim, continuar a trajetória de equilíbrio fiscal.

Em 2008, o setor público estadual registrou um superávit primário de R\$ 442 milhões, decorrente da diferença entre receitas não financeiras na ordem de R\$ 9,476 bilhões e despesas não financeiras de R\$ 9,034 bilhões, superior em 19,46% ao resultado primário apresentado em 2007, que alcançou o valor de R\$ 370 milhões.

Para o exercício de 2009, o Governo do Estado também está empenhado em obter resultado primário superavitário, na ordem de R\$ 85 milhões, o qual acrescido das receitas financeiras atenderá os compromissos com o pagamento do serviço da dívida pública estadual.

RESULTADO PRIMÁRIO - 2007/2009

R\$ milhões



Fonte: SEFA

Outro importante indicador para avaliar a eficiência da gestão pública é o resultado nominal que objetiva mensurar a variação do endividamento estadual, por meio da diferença entre a dívida fiscal líquida de um exercício em relação ao anterior.

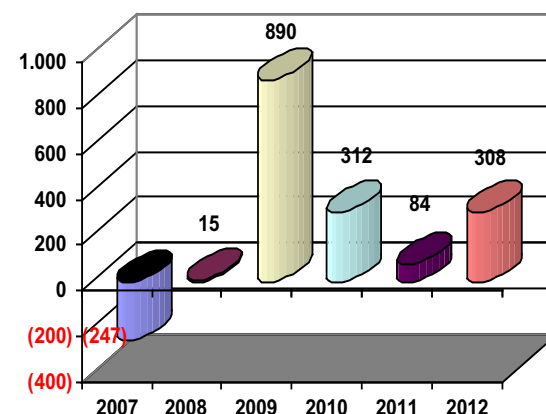
Em 2007, com a estabilização dos principais indicadores financeiros que remuneram o estoque da dívida pública, o discreto volume de ingressos de operações de crédito e as amortizações contratuais, ocorreu um decréscimo na dívida consolidada líquida e o resultado nominal registrou R\$ 247 milhões. Em 2008, com a presença da crise financeira, a partir de setembro, há uma elevação de alguns indicadores financeiros, entre eles o dólar, e com o ingresso de recursos de novas linhas de crédito, ocorreu pequena elevação no nível de endividamento, refletido pelo resultado nominal de R\$ 15 milhões.

Em 2009, a expectativa é que ingresse no tesouro estadual volume considerável de recursos de operações de crédito, não só para os projetos infra-estruturais já existentes, estações de tratamento de água, de saneamento e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de saneamento e habitação, como também, para projetos em fase de assinatura e liberação, para os projetos que fazem parte do Programa AÇÃO METRÓPOLE, que deverá dar mobilidade ao transporte na região metropolitana de Belém. Além disso, o término do prazo de carência das operações de crédito em execução fará com que o estoque da dívida consolidada líquida eleve-se em R\$ 890 milhões, o que não deve provocar obstáculos ao equilíbrio fiscal do setor público estadual uma vez que o nível de endividamento, nesse exercício, deverá ficar em torno de 0,44 e o coeficiente máximo permitido pela Lei Complementar 101 é de duas vezes a receita corrente líquida.

As linhas de crédito, hoje disponíveis ao Estado, importam cerca de R\$ 1,9 bilhão, e caso ocorra sua efetivação, a dívida consolidada deverá alcançar em 2012 cerca de R\$ 5,446 bilhões, entretanto, com o crescimento da receita corrente líquida, a qual se espera nesse exercício alcance o patamar de R\$ 11,251 bilhões, resultará num nível de endividamento estadual em torno de 0,4, ou seja, menor em 25% do limite máximo imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RESULTADO NOMINAL - 2007/2012

R\$ milhões



Fonte: SEFA

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS -
2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2006-2008

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio / Capital	4.463.226	86,31	3.730.158	85,14	3.433.347	93,33
Reservas	43.888	0,85	28.272	0,65	28.605	0,78
Resultado Acumulado	663.813	12,84	622.637	14,21	216.607	5,89
TOTAL	5.170.928	100,00	4.381.067	100,00	3.678.559	100,00